

## EDITORIAL

Ludimar Pegoraro  
Caçador, dezembro de 2018

Algo estranho está para nascer na sociedade brasileira. Algo que não nos conforta sobre o futuro político desta Nação. Os extremismos radicais podem ser um prenúncio de que ainda temos muito o que aprender sobre a democracia ou sobre a necessidade de considerarmos que o outro tem o direito de escolher o que envolve suas questões particulares, mas precisa observar que as questões coletivas passam por avaliação social. Os interesses particulares não podem se sobrepor aos interesses coletivos. As questões políticas, como a própria palavra sugere, encontram seu sentido na *polis*. Qualquer direcionamento extremista dificilmente atenderá às necessidades da maioria, aspecto fundamental da democracia.

É neste cenário que estamos apresentando a terceira edição de 2018, da Revista Professare.

Neste panorama obscuro, nossa preocupação inicial, neste número, é a ciência. Por isso, o questionamento que colocamos inicialmente é: qual será o futuro do Brasil com relação às políticas de organização e financiamentos do conhecimento científico?

Para falar sobre isso, na entrevista deste número, convidamos o **Professor Gilberto Luiz Agnolin** que é Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC).

Inicialmente, Agnolin destaca a importância da FAPESC na articulação entre as universidades, terceiro setor, indústria e governo, para que possam acontecer ações configuradas como estratégicas no plano de CTI que Santa Catarina. Nesse sentido, alerta Agnolin: “Na condição de presidente da FAPESC, temos que operar conforme aquilo que está instituído em Leis, normas e de acordo com a disponibilidade financeira”. Quando se refere à educação básica, alerta ele sobre a diminuição de estudantes, acontecimento que, como consequência, pode incidir na diminuição do número de pesquisadores. No contexto do Sistema Nacional de Educação, é a Educação Básica que mantém a Educação superior e na sequência, a Pós-Graduação. Assim argumenta ele: “nós observamos que a quantidade de pessoas dedicadas à pesquisa já está diminuindo e temos um *gap* na pós-graduação”. Na

continuidade da sua abordagem, Agnolin destaca as ações integradas da FAPESC com relação a CTI: “

Na Grande Florianópolis e nas regiões de Blumenau e Joinville, o estado possui ecossistemas de prestação de serviços bastante robustos, porque ao longo dos últimos 20 anos houve um conjunto de ações em inovações, principalmente em desenvolvimento de softwares. Hoje esse investimento já dá um retorno tanto para o governo na forma de impostos, como para a população na geração de empregos [...].

Além destes aspectos já destacados, Agnolin aborda ainda questões sobre o crescimento de programas de Pós-Graduação no estado, especialmente cursos de mestrado e doutorado; sobre as possibilidades de oferta destes programas nas modalidades presencial e à distância; sobre a avaliação dos projetos financiados pela FAPESC; e sobre o futuro da FAPESC como agência de financiamento;

Na continuidade, o primeiro artigo desta edição, de autoria de **Ismael Dagostin Gomes**, trata da aplicação de Metodologias Ativas no Ensino de Biologia através de um relato de trabalho com turmas do 2º ano do Ensino Médio. Destaca o autor que a partir do uso das metodologias ativas, percebe-se “o envolvimento positivo dos alunos”, possibilitando, a partir dos trabalhos, o conhecimento de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais para o desenvolvimento de habilidades e competências.

O segundo texto, autoria de **Thiago Ribeiro e Gabriela Mesa Casa**, trata da Educação Especial no Brasil: legislação e breve contextualização histórica. O estudo demonstra, a partir de uma análise histórica,

que as políticas nacionais relacionadas a educação especial se estabeleceram de forma gradativa. Isto se deve ao fato de que ao longo da história as sociedades têm se relacionado de maneira diferente com as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, ou seja, conforme cada período histórico tivemos práticas e concepções diferentes sobre o assunto, diante disso, analisamos a educação especial a partir das suas 4 fases: extermínio, segregação/institucionalização, integração e inclusão.

Na continuidade os autores demonstram que somente nas últimas décadas foram instituídas políticas públicas que efetivaram ações relativas à educação especial no Brasil, argumentando que por este motivo “as políticas atuais rompem com uma visão histórica que ficou marcada pela exclusão e a segregação, adotando assim uma perspectiva inclusiva”.

O terceiro artigo, de autoria de **Juliana Pedroso Bruns e Joel Haroldo Baade**, tem como título principal uma interrogação: “Problemas na Educação Contemporânea?”, demonstrando na sequência, no subtítulo, que diz respeito a um estudo que realiza “reflexões sobre o capitalismo”. O trabalho demonstra preocupação com o modelo socioeconômico atual, caracterizado por eles como um modelo global neoliberal orientado por/para o mercado. Nesta perspectiva, todos os aspectos da existência humana viraram mercadoria. Assim destacam os autores: “Nada mais existe na sociedade capitalista que não tenha nascido ou sido modificado em mercadoria, com inclusão das pessoas. Qualquer que seja o artefato com valor de uso é mercadoria”. Mesmo considerando esta realidade não podemos perder a esperança, conforme eles. Entender esta realidade é fundamental para que possamos transformá-la. O conhecimento transformado em sabedoria pode ser um caminho que alimentará a esperança para construirmos um outro modelo social que não seja alimentado pela ideologia neoliberal global mercantil. A vida não tem preço, por isso não pode ser comparada com nenhum objeto que tenha apenas valor de uso. A educação possibilita a identificação do que é essencial na vida, por isso não pode ser colocada na condição de mercadoria.

O quarto trabalho apresenta um estudo sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) enquanto Espaço Socio-Ocupacional do Serviço Social Brasileiro. Os autores, **Adevilson Carlos Pires, Fátima Noely da Silva e Adriane Alves da Cruz**, profissionais da área de Serviço Social, demonstram no estudo que a partir da democratização, em especial a partir de 1988, com a última Constituição, as políticas sociais públicas passaram por intensas e profundas transformações e, por decorrência, a profissão de Assistente Social assumiu um papel de destaque na sociedade brasileira. Destacam os autores: “podemos identificar grandes avanços no que se refere às políticas sociais públicas, os quais são resultado de intensos debates e lutas da classe trabalhadora em prol de seus direitos”. Na continuidade demonstram que o SUAS, enquanto sistema que operacionaliza a Política de Assistência Social, configura-se como o maior espaço sócio ocupacional da profissão de Serviço Social, estando presente em todos os níveis de proteção social previstos no Sistema, exigindo que qualquer instituição que integra a rede socioassistencial deva, obrigatoriamente, possuir um profissional de Serviço Social.

**Luis Miguel Cencerrado Malmierca**, espanhol, professor e bibliotecário em Salamanca, é quem nos auxilia no último artigo desta edição. O texto, com certeza, é um belíssimo trabalho que versa sobre erros que podem ser evitados pelos promotores da leitura. O texto é uma tradução de **Ezequiel Theodoro da Silva**, professor na UNICAMP e destacado pesquisador na área. O objetivo fundamental do texto é alertar sobre os efeitos negativos que práticas errôneas – de pais, professores ou bibliotecários – podem produzir nos leitores. O autor apresenta sete erros que podem ser considerados como primários porque levam “o leitor ao desgosto, semeiam o desânimo e podem até bloquear o processo, antes mesmo que as pessoas desenvolvam um sólido hábito de leitura”. É um trabalho instigante e provocativo por que ajuda na revisão dos procedimentos educativos.

É na continuidade deste artigo que trazemos a resenha desta última edição de 2018 com o título baseado na obra **Literatura, leitura e educação**, organizada por Márcia Cabral da Silva e Estela Natalina Mantovani Bertoletti, A autora, **Thais Batista Siqueira**, elabora uma importante resenha intitulada “E Quem Vive Sem Leitura?”. Como análise da obra principal, o trabalho demonstra que se trata de um “investimento de pesquisadores cujo objeto de estudo tem sido a literatura destinada à infância e ao jovem, assim como as práticas de leitura no âmbito da escola e da vida social”. Esta ideia demonstra que a leitura é uma necessidade premente, independente das motivações, que precisa acompanhar nossa vida. É preciso ler mais do que só as obras literárias; é preciso ler os gestos, as faces, as vozes, as intenções, os subentendidos, enfim, a vida, especialmente neste nosso tempo onde tudo parece ser possível. Os benefícios da leitura podem ser muitos, por isso, as instituições educativas, independente da gestão, não podem deixar de incentivar esta prática.

Nossa intenção é sempre disponibilizar excelentes textos aos nossos leitores. Isso só é possível se os autores também tiverem esta preocupação. Esta revista mantém sempre aberto o espaço para envio dos trabalhos de pesquisas interdisciplinares em educação e é sempre muito gratificante publicar textos que contribuam com o desenvolvimento social.

Desejamos que os leitores tenham leituras gratificantes. Que possam sentir o que leem.